



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, FISCALIZAÇÃO E  
APLICAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA.**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 004/2026**

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO MARILANDENSE DE KARATE – AMK.

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei de nº 004/2026 foi apresentado à Câmara Municipal de Marilândia/ES, de autoria do Vereador Douglas Badiani, em que DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO MARILANDENSE DE KARATE – AMK.

- Documentações;
- Despacho do presidente da Câmara Municipal, conhecendo a matéria e determinando prosseguimento;

É o relatório.

**FUNDAMENTAÇÃO E VOTO DO RELATOR**

- Competência e Iniciativa: Nesse aspecto, a luz da constitucionalidade de competência de interesse local, encontrando amparo nos dispositivos do artigo 30, inciso I da Constituição da República Federal do Brasil, artigo 28, inciso I da Constituição do Estado do Espírito Santo e artigo 8º, inciso I da Lei Orgânica Municipal e trata-se de proposição de iniciativa concorrente.

Art. 30º. Compete aos Municípios: I - Legislar sobre assuntos de interesse local; Art. 28º. Compete ao Município: I - Legislar sobre assunto de interesse local;





## CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

sobre assunto de interesse local;

- Legalidade: Não há vício de iniciativa no projeto, uma vez que a proposição não cria despesas obrigatórias, não interfere na estrutura administrativa nem invade matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. No mesmo sentido da iniciativa ora em análise, esta também tem amparo legal consolidada pelo artigo 41 da Lei Orgânica Municipal e ainda artigo 172 do Regimento Interno.

Art. 41 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 172. A iniciativa dos projetos de leis cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal;

- Requisitos Legais: Verifica-se que a associação indicada atende aos requisitos usualmente exigidos pela legislação municipal e pela prática administrativa, tais como:
  - Constituição regular como pessoa jurídica sem fins lucrativos;
  - Atuação comprovada no Município;
  - Finalidades de interesse público e social;
  - Funcionamento regular há período mínimo exigido (quando previsto em lei local);
  - Ausência de distribuição de lucros ou vantagens a dirigentes.

Ressalta-se que o reconhecimento de utilidade pública não implica, por si só, concessão automática de recursos públicos, mas possibilita à entidade pleitear benefícios previstos em lei, observadas as exigências legais e orçamentárias.

### CONCLUSÃO

Diante ao exposto, concluímos que a proposição em análise a qual versa sobre



de Lei Ordinária sob nº 004/2026 em que DISPÕE SOBRE O

Autenticar documento em <https://marilandia.spionline.com.br/autenticidade>

Com o identificador 55005600550031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO MARILANDENSE DE KARATE – AMK.” em análise, e, dentro de nosso juízo de competência, não verificamos nenhuma inconstitucionalidade, conforme PARECER JURIDICO – (005), ID Nº 183.582 datado de 15 de janeiro de 2026. Denotamos estar apta em ser apreciada, e, passar ao crivo do Plenário, para no mérito votar pela **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões em 03 fevereiro de 2026.

Ailton Nunes dos Anjos  
Presidente – Relator





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

---

**VOTAÇÃO DO RELATÓRIO**  
**PARECER FINAL DA**  
**COMISSÃO**

A **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, FISCALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA**, no dia 03 de fevereiro de 2026 a comissão se reuniu ordinariamente, para deliberar o Projeto de Lei Ordinária nº 004/2026 em que: **DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO MARILANDENSE DE KARATE – AMK**, lido na 1ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 11ª Legislatura do dia 02 de fevereiro de 2026.

Após emissão do relatório, a Comissão passou a deliberar sobre a matéria, ficando decidido por unanimidade acompanhar o voto do relator pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Ordinária nº 004/2026**. Eu Vergílio Marcos Furlan Camata, Secretariei a presente reunião, que após lida e discutida a matéria, lavrei o presente Parecer Final.

Sala das Comissões em 03 de fevereiro de 2026.

Vergílio Marcos Furlan Camata  
Secretário

Davi Loredó Felipe Vice  
Presidente

Ailton Nunes dos Anjos Presidente -  
Relator



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://marilandia.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 39003600350031003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **AILTON NUNES DOS ANJOS** em **03/02/2026 14:24**

Checksum: **A624B781208F44193016D4754B5E12A169177D396503AF8FAAE66690DDB3F8CD**

Assinado eletronicamente por **DAVI LOREDO FELIPE** em **03/02/2026 14:26**

Checksum: **71135CD28DB68240A80F5D10FB51FADAED9A73AD5AA8CDF8F562D9C4903557A7**

Assinado eletronicamente por **VERGÍLIO MARCOS FURLAN CAMATA** em **03/02/2026 14:30**

Checksum: **346CB75716EE5F7DA4E9D43F9D111B0A94B0287269A5FD08A4545C1DC8C3C747**

